TL 4738

ELEIÇÕES NA INDONÉSIA

Sumário:

1 - A independência e as hesitações entre partido único e democracia parlamentar, e entre federação e estado unitário.

2 - As primeiras eleições, em 1955, a democracia parlamentar e o seu falhanço.

3 - A "democracia guiada", a criação dos "Grupos Funcionais" e o golpe militar de 1965.

4 - As segundas eleições gerais (1971) e a "legitimação" dos "Grupos Funcionais" ou GOLKAR.

5 - 1977 - Terceiras eleições gerais:- Apesar de Timor-Leste ter sido oficialmente "integrado" na Indonésia em 17 de Julho de 1976, os timorenses ainda não participam nestas eleições.

6 - 1982 - Quartas eleições gerais:- com os "partidos" ainda mais disciplinados, e um controle cada vez maior de informação, em Timor-Leste o número de votos consegue ultrapassar o de votantes inscritos!

7 - 1987 - Quintas eleições gerais:- Finalmente deixou de haver oposição - todos os "partidos" são obrigados a ter a mesma ideologia de base, e o Governo pode impor-lhes os dirigentes que entender.

8 - Pela primeira vez, desde que Suharto subiu ao poder, na sequência do golpe de 1965, a Indonésia é considerada país de "Alto Risco" para os investidores estrangeiros.

9 - Eleições em Timor-Leste:- uma farsa longa e cuidadosamente preparada.

1 - A independência e as hesitações entre partido único e democracia parlamentar, e entre federação e estado unitário

Em 17 de Agosto de 1945 - dois dias depois da rendição Japonesa aos Aliados - Sukarno declarava a independencia das ex-Indias Orientais Holandesas, dando assim nascimento à Indonésia.

No dia seguinte, o Comité para a Preparação da Indepenência elegeu Sukarno como Presidente do novo estado, e, a 23 do mesmo mês, no seu primeiro discurso como Presidente, Sukarno anunciava a criação de um único partido, o P.N.I., Partido Nacionalista Indonésio.

No entanto outros nacionalistas mais ocidentalizados conseguiram dominar o governo e estabelecer um sistema de democracia parlamentar multipartidária.

A Holanda, não tendo aceite a declaração unilateral da independência, tentou reconquitar o domínio da sua ex-colónia, que tinha perdido quando os japoneses a invadiram e ocuparam em 1942 (como aconteceu em Timor-Leste). Enviou por isso tropas para o território, as quais se mostraram impotentes, perante uma guerrilha nacionalista armada e consolidada durante o periodo da ocupação nipónica. E, em Novembro de 1949, vê-se obrigada a reconhecer os Estados Unidos da Indonésia, estado federado que a Constituição de Agosto de 1950 transformou num Estado Unitário.

2 - As primeiras eleições, em 1955, a democracia parlamentar e os seus falhanços

Até 1955 os nacionalistas de formação ocidental conseguiram defender, com exito, a democraticidade do estado, e as primeiras eleições gerais, realizadas em Setembro desse ano, foram de facto livres.

Foram numerosos os partidos que a elas concorreram, destacando-se:

a) O PNI (Partido Nacionalista Indonésio), que foi o mais votado, com 22,3% dos votos expressos;

b) O partido muçulmano modernista, Masyumi, o 2º mais votado com 20,9% dos votos;

c) O partido muçulmano conservador Nadatul Ulama (N.U.), que foi o 3º, com 18,4% dos votos;

d) O Partido Comunista Indonésio (muito mais próximo do chinês que do da URSS), que foi o 4º, em número de votos, com 16,4%;

Concorreram ainda uma série de outros partidos - Socialista, Católico, Protestante, etc. - mas qualquer deles não atingiu os 3% dos votos.

Dadas as diferenças que opunham os dois partidos muçulmanos (modernistas e conservadores), e estes aos partidos não muçulmanos, e os problemas entre o PNI e o PKI, o funcionamento da democracia tornou-se difícil, neste jovem estado sem tradição democrática e cuja unidade dependia, em larga medida, da figura carismática do seu grande lider nacionalista - Presidente Sukarno.

3 - A "democracia guiada", a criação dos "Grupos Funcionais" e o golpe militar de 1965

Já vimos que Sukarno não era um grande adepto do modelo ocidental da democracia parlamentar (antes pelo contrário) e, perante as dificuldades reais do governo, começou a implantar o modelo de "democracia guiada" dirigido pelo Chefe do Estado. Além disso para limitar o poder dos partidos, cria os "grupos funcionais", que, de certo modo, os deveriam substituir. Estes "grupos funcionais"reuniam "representantes" dos vários sectores económicos e sociais da nação, tais como: trabalhadores e empregados, camponeses, empresários, forças armadas (com os seus diversos ramos e veteranos da guerra da independência), mestres e pregadores das várias religiões (muçulmanos, protestantes, católicos, hindo-balineses), "geração da proclamação da independência em 1945" (nacionalistas militantes) intelectuais, professores, artistas, jornalistas, mulheres, jovens, representantes das várias regiões, cidadãos naturalizados, etc.

A pouco e pouco estes "grupos funcionais" vão tomando corpo e grande poder, e, neles, as forças armadas procuram ter um papel que os partidos políticos lhe recusavam.

Com a implantação da lei marcial , em Março de 1957, o papel das forças armadas torna-se preponderante. Os políticos civis e os seus partidos vão perdendo influência, com excepção do Partido Comunista Indonésio (PKI), que não cessa de crescer e que, através dos sindicatos e outras organizações de massas, se vai tornando na maior força política do País.

Em Setembro de 1965 o precário equilibrio de forças, nomeadamente entre o PKI e o Exército, que Sukarno tinha mantido durante alguns anos, rompe-se. Alguns membros do PKI desencadeiam um golpe contra o exército, na noite de 30 de Setembro, matando seis generais. Logo a seguir, o exército inverte a situação e, sob a liderança do general Suharto, inicia uma impiedosa caça aos Comunistas, que se vai prolongar pelos últimos 3 meses de 1965 e pelo ano de 1966, causando perto de um milhão de mortos entre os opositores do novo regime. Ainda hoje se está para saber se o golpe comunista de 30 de Setembro não terá sido provocado pelas mesmas forças que desencadearam o contra-golpe militar, para justificar, depois, a destruição do PKI e dum elevado número dos seus membros, com o pretexto de defender a democracia.

4 - As segundas eleições gerais (1971) e a "legitimação" dos "Grupos Funcionais" ou GOLKAR

Com a vitória do golpe militar de 1965, e a subida ao poder de Suharto, os Grupos Funcionais criados no período da "democracia guiada" vão-se reforçar e tornar na grande organização política do governo e do exército, ao qual todos os miltares, funcionários do estado e diversas organizações profissionais são, na prática, obrigados a aderir.

Cortada, pelo Governo, a possibilidade de se fazerem críticas ao Pankasila (os cinco princípios do Estado Indonésio) e à constituição de 1945, ou de se ser menos cortez com o Governo, as eleições de 1971 vão dar, naturalmente, uma larga vitória ao Golkar.

A distribuição de lugares na Assembleia de Representantes passa a ser a seguinte:

Golkar (eleitos)	236	membros
PNI	20	"
Parmusi (ex-Masyumi)	24	"
NU (Nadatul Ulama)	58	"
outros partidos	22	"
Total de membros eleitos	360	

O PKI fora eliminado e ilegalizado. O PNI cuja base de apoio era constituida, em grande parte, por funcionários do estado e quadros profissionais, perante a obrigatoriedade de pertença ac Golkar e a efectiva falta de liberdade de voto, sofreu um rude golpe.

Como se isto não bastasse, o presidente Suharto nomeou - de acordo com legislação que entretanto ele próprio promulgara - mais cem membros para a Câmara dos Representantes, dos quais 75 do exército e 25 dos Grupos Funcionais (Golkar).

Com uma "vitória" tão clara, o Golkar vê assim consagrada, pela 1ª vez, a sua "legitimidade democrática".

5 - <u>1977 - Terceiras eleições gerais:- Apesar de Timor-Leste ter sido oficialmente "integrado" na Indonésia, em 17 de Julho de 1976, os timorenses ainda não participam nestas eleições</u>

A seguir às eleições de 1971 os partidos e os parlamentares eleitos ou nomeados não forçados, pelo Governo, a reunir-se em quatro grupos:

a) Golkar (grupos funcionais);

b) Abri (forças armadas);

c) PPP (Partido da Unidade para o Desenvolvimento), que agrupa desde 8 de Janeiro de 1973, os quatro partidos muçulmanos;

d) PDI (Partido Democrático da Indonésia) que reune os cinco restantes partidos não muçulmanos, isto é, o nacionalista, o católico e o protestante, o socialista e outro (dos veteranos das F. Armadas), a partir de 10 de Janeiro do mesmo ano de 1973.

Em Maio de 1977 são pois três apenas, os "partidos" que se apresentam a sufrágio: Golkar, PPP e PDI. Mas, apesar de Timor-Leste ter sido integrado oficialmente na Indonésia em 17 de Julho de 1976, e dos generais indonésios proclamarem que quase acabou a guerra em Timor, a maior parte do território e da população ainda se encontra em zonas controladas pela Fretilin, e as eleições não se estendem a Timor-Leste.

O resultado destas, na Indonésia, aproxima-se, oficialmente dos valores de 1972: 62% dos votos para Golkar, 29% para o PPP (mais 2,18% que o somatório obtido em 1972 pelos 4 partidos integrantes do PPP) e 8,6% (menos 2,5% do que em 1972) para o PDI.

Além dos deputados eleitos, Suharto continuou a nomear um número significativo de membros do Parlamento.

6 - 1982- Quartas eleições gerais:--com os "partidos" ainda mais disciplinados, e um controle cada vez maior da informação, em Timor-Leste o número de votos consegue ultrapassar o de votantes inscritos!!!

Em 1982 voltam a apresentar-se a sufrágio o Golkar e as duas reuniões forçadas de partidos, PPP e PDI.

A população de Timor-Leste é "convidada" a participar nas eleições, e treinada, durante meses, a formar bicha junto às urnas, e a pôr os papelinhos nas caixas certas.

O zelo posto na encenação deste acto foi tal que, segundo os números publicados pela bem controlada imprensa indonésia, de 306.506 votantes recenseados votaram 311.325 (quase cinco mil votos a mais do que o máximo possivel!!!) sendo assim a sua distribuição (segundo os resultados oficiais)

Golkar	309.608	(número superior ao total de votantes recenseados!...)
PPP	673	
PDI	1 044	
	311 325	(maior que 306.506 !!!)

7 - 1988 - Quintas eleições gerais: - Finalmente deixou de haver oposição - todos os "partidos" são obrigados a ter a mesma ideologia, e o Governo pode impor-lhes os dirigentes que entender...

Meses depois das eleições de 1982, em Agosto desse ano Suharto começa a defender e proclamar a "Lei das Associações" que obriga todos os partidos políticos (tal como as organizações culturais, sociais e outras) a regerem-se por um único conjunto de

princípios, igual para todos eles, e consubstanciado no Pankasila, constante da constituição de 1945:

1 - Crença num deus único e supremo;

2 - Humanidade justa e civilizada;

3 - Unidade da Indonésia;

4 - Democracia deliberativa;

5 - Justiça social;

Deste modo o "partido" muçulmano deixa de ser muçulmano, e as organizações cristãs deixam de ser cristãs, para terem como única base estes cinco principios.

Um dos sonhos de Sukarno, que tantos atacaram por ser anti-democrático, está realizado e até ultrapassado. Às eleições de 23 de Abril de 1987 concorrem não três partidos com ideologias diferentes, ou com dirigentes e programas livremente escolhidos pelos seus membros, mas três agrupamentos políticos totalmente controlados pelo Governo, com uma ideologia comum, única, igual para todos eles, e que a todos descaracteriza.

Além disso as direcções, não só do Golkar mas também dos outros dois "partidos", se não agradam ao Governo podem ser substituidas por personalidades por este escolhidas, como aconteceu em 2 de Maio de 1986, quando o Governo nomeou nova direcção para o PDI porque a anterior se mostrava relutante em aceitar como suas o Pankasila e as linhas de orientação ditadas pelo poder.

Nestas condições é caso para perguntar se, mesmo que houvesse, na Indonésia, liberdade de reunião e expressão do pensamento - que não há - e se os resultados oficiais correspondessem aos votos entrados nas urnas - o que nem sempre acontece... - haveria, de facto, alguma escolha possível a fazer, com os partidos assim uniformizados e controlados mediante a "Lei das Associações".

8 - <u>Pela primeira vez, desde que Suharto subiu ao poder na sequência do golpe de 1965 a Indonésia é considerada país de "Alto Risco", para os investidores estrangeiros</u>

No número de Dezembro de 1986 da revista conservadora "The Economist", a Indonésia é considerada como 11º país em nivel de risco para os investidores, pouco a baixo de países em guerra,

como o Iraque e o Irão.

As principais causas pelas quais "The Economist" assim a considera são a "guerra" ou as guerras internas (Timor e Irian Jaya) em que o governo se encontra envolvido, o carácter ditatorial e a corrupção do regime.

Isto numa altura em que a agitação interna é importante, sobretudo depois de uma série de iniciativas e incidentes, a partir de Agosto de 1984, e de que destacamos apenas alguns:

a) Agosto de 1984 "Salvar a Democracia"

Um documento com esse título circula na Indonésia assinado por personalidades do maior prestígio, que se manifestam contra a "Lei das Associações" pela qual Suharto impõe o "Panka Sila" a todas as organizações políticas, sociais e até religiosas.

Assinam-no entre outros:

- Mohmmad Sanusi Hardjadinata, ex-dirigente do Partido Nacionalista Indonésio (PNI) - o mais votado nas únicas eleições livres que houve na Indonésia (1955) e Presidente do PDI até 1980 (partido resultante da fusão do Partido Nacionalista com os Partidos Cristãos);

- Mohammad Natsir, ex-chefe do Partido Muçulmano modernista, o 2º mais votado nas eleições de 1955 ;

- General Nasution, ex-Ministro, ex-Primeiro Ministro, ex-Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Indonésias e um dos principais responsáveis pelo massacre de Comunistas em 1965/66 aquando da subida ao poder do General Suharto.

b) Massacre de muçulmanos, em Setembro de 1984, na sequência de provocações do exército, com vista a eliminar dirigentes muçulmanos. Amir Biki (ex-comandante de um batalhão de estudantes que lutou contra os Comunistas, em 1965/66) foi morto e mais de 130 pregadores e mestres muçulmanos foram presos;

c) Ataques bombistas e incêndios em emissoras de rádio e de televisão, em Jakarta e outras cidades, em bancos, centros comerciais, etc.

d) Prisão e condenação de generais (tais como o ex-Secretario-Geral da ASEAN, General Dharsono (condenado a 10 anos de prisão em Janeiro de 1986) e de ex-ministros de Suharto (como Mohammad Sanusi, ex-ministro da Indústria, condenado a 19 anos de prisão),

e de personalidades muçulmanas (como o Reitor da Universidade Islâmica Missionária, Professor Oesmany) etc;

e) Manifestações estudantis em Bandung aquando da recente visita do Presidente Miterrand à Indonésia;

f) Denúncia da corrupção, nomeadamente da família Suharto e seus amigos, e expulsão de alguns jornalistas estrangeiros;

g) Dificuldades económicas relacionadas com a queda dos preços do petróleo (mais de 70% das exportações Indonésias);

h) Preparativos para a substituição de Suharto como dirigente do Estado etc.

Aparentemente estas tentativas, nas quais os EUA se encontrariam envolvidas, têm deparado com dificuldades. As forças armadas estão divididas, os movimentos de oposição, muçulmanos ou não, cada vez mais clandestinos, tornaram-se, também, mais imprevisíveis, mas não menos fortes . Além disso o General Suharto, como a maior parte dos dirigentes ditatoriais, tem-se encarregue de destruir politicamente eventuais concorrentes ou possíveis sucessores...

Não deixa de ser curioso que quando Suharto se felicita e felicita a Nação por terem finalmente terminado os conflitos ideológicos na Indonésia, esta seja considerada pela primeira vez como País de alto risco para os investidores...

9 - <u>Eleições em Timor-Leste:- uma farsa longa e cuidadosamente preparada</u>

Em Timor-Leste as eleições Indonésias revestem-se de algumas particularidades que as tornam ainda mais degradantes, nomeadamente quanto à sua preparação e também quanto à forma de votação.

Desde finais de Julho de 1986 o território de Timor voltou a estar mais inacessivel a observadores independentes. Em Outubro do ano passado a Indonésia explicava que não autorizava a visita de parlamentares autralianos por ser "inconveniente por causa da preparação das eleições em Timor-Leste"... Depois, apercebendo-se de que justificar a recusa do acesso ao território com a preparação das eleições era reconhecer, implicitamente, que essa preparação se estava a fazer em moldes pouco democráticos, os parlamentares britânicos que pediram para visitar o território obtiveram uma resposta mais lacónica informando apenas que o pedido não tinha sido atendido.

De facto não convém, à Indonésia, mostrar as dezenas de milhares de soldados que enviou para Timor-Leste, com o objectivo não só de neutralizar a guerrilha mas, sobretudo, de pressionar a população a participar "ordeira e voluntàriamente" nas eleições. E também não convinha mostrar os ensaios para as votações, as chamadas periódicas das populações para esses ensaios, a prisão, tortura, e nalguns casos, o assassinato, dos mais renitentes. Só depois de tudo muito bem ensaiado é que, no dia 23 de ~~Março~~ Abril, os observadores vão poder ver e filmar tudo a correr bem.

Já se sabe que o actual Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia vai ser eleito como "legítimo" representante do povo do território, e como tal se irá apresentar nos areópagos internacionais. Ele é o cabeça de lista pelo Golkar, em Timor-Leste...

Mas o próprio acto eleitoral vai ter uma particularidade, em Timor-Leste e na Papua Ocidental (Irian Jaya). Enquanto na Indonésia haverá 3 caixas de voto, uma para a eleição do Parlamento Nacional, outra para o Regional e outra para a eleição das autarquias, nas duas últimas "províncias" (as mais refractárias à integração) haverá nove caixas. O voto em vez de ser marcado no símbolo do "partido" escolhido pelo eleitor, não leva qualquer marca, e só a colocação na caixa central (Golkar) ou nas laterais (PPP e PDI respectivamente) é que indicará a "escolha" do eleitor. É um sistema que além de permitir saber, fácilmente, em quem votou cada eleitor, pela sua posição ao depositar o voto, tem a vantagem de que, feita a contagem, e como nada destingue um boletim deposto na caixa do Golkar dos depositados nas outras, não há reclamações possiveis. Os números de votos de cada agrupamento podem ser ditados pelo Governo antes das eleições, que ninguém poderá provar, depois, não ter sido essa a votação real...

Porto, 30 de Março de 1987

António P. Barbedo de Magalhães

Edição de Paz e Justiça para Timor-Leste